



Senadores não acreditam em correção maior do IR

Centrais sindicais pedirão hoje a Dilma Rousseff reajuste na tabela de descontos acima dos 4,5% sugeridos pelo governo

O encontro de hoje entre dirigentes sindicais e a presidente Dilma Rousseff, para tratar da correção da tabela do Imposto de Renda, não deve trazer boas novidades para os trabalhadores, na avalia-

ção dos senadores ouvidos ontem pela Agência Senado. Paulo Paim diz ser justa reivindicação de 6,5%. Alvaro Dias acusa governo de não cumprir promessas eleitorais. Eduardo Suplicy lembra cortes orçamentários. 3



Ricardo Irgoy/Prefeitura de Rio Grande

Rua Andradas, em Rio Grande (RS), ontem: senadores buscarão formas de prevenir enchentes em centros urbanos

Proposta de um novo sistema de defesa civil

O senador Jorge Viana sugere que uma comissão especial temporária de 11 senadores e 11 suplentes estude a adoção de medidas para

dar resposta efetiva às calamidades públicas.

A proposta deverá ser examinada pelo Plenário na próxima semana. 2

Ana Amélia pede medidas de longo prazo para agricultura 4

Mortes sobem com estradas mal conservadas, diz Aloysio 3

Paulo Paim comemora a libertação de jornalista brasileiro na Líbia

Cleiton de Souza/AE



O presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado disse que a libertação do repórter

Andrei Netto, do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi resultado de um esforço conjunto do Congresso

Nacional e do governo brasileiro, além do trabalho realizado pelo embaixador em Trípoli. 4

Paim (entre Ana Rita e Suplicy) apresentou requerimento convidando Andrei Netto (acima) a falar à comissão sobre a situação dos correspondentes estrangeiros no país africano



Genaldo Magalhães/Senado Federal

Jorge Viana apresenta requerimento sugerindo criação de grupo destinado a propor medidas que tornem mais eficaz a resposta a tragédias

Comissão vai propor novo sistema de defesa civil

UMA COMISSÃO TEMPORÁRIA do Senado deve discutir alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. A proposta é do senador Jorge Viana (PT-AC) e deve ser incluída na ordem do dia da Casa.

Caso seja aprovada, a comissão pode propor também a criação de uma força nacional de defesa civil, como explica Jorge Viana em requerimento ao Plenário. O senador sugere que o colegiado tenha 11 membros titulares e 11 suplentes, com pelo menos dois membros de cada região.

No prazo de 90 dias, a comissão poderá requerer informações e realizar audiências públicas e diligências externas, especialmente em Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções.

Sofrimento

No requerimento, Jorge Viana lembra que o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, afetou 170 mil pessoas, deixando mais de 14 mil desabrigados, 23 mil desalojados



Viana: reação do Estado em situações de desastre é "descoordenada"

e 850 mortos.

Em junho de 2010, como observa o senador, Alagoas e Pernambuco sofreram inundações que atingiram 95 municípios, provocando 46 mortes e deixando 69 desaparecidos, 53 mil desabrigados e mais de 100 mil desalojados.

Jorge Viana acrescenta que não são apenas as enchentes que levam sofrimento à população: secas, incêndios florestais e outros desastres de origem natural ou humana atingem todas as regiões do país, "cau-



Máquinas removem lama e entulho em Teresópolis, uma das cidades fluminenses mais castigadas pelas enchentes

sando perdas humanas e graves prejuízos econômicos".

Depois de lembrar que cabe à Defesa Civil promover um conjunto de ações preventivas, de socorro e assistência às vítimas,

de restabelecimento de serviços essenciais e de reconstrução de áreas atingidas por desastres, o senador diz que fica a impressão de que inexistem ações efetivas de prevenção.

A resposta do Estado em situações de desastres, na avaliação do senador, "é descoordenada e depende muito da capacidade de auto-organização da sociedade".

Mozarildo diz ter recebido ameaças de morte



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem ter recebido ameaças de morte em telefonemas feitos para seu escritório. As ligações, segundo ele, partiram de telefones públicos e diziam para o senador se calar "senão vai amanhecer com a boca cheia de formiga".

Mozarildo revelou que as ameaças foram feitas depois que ele denunciou o desvio de medicamentos no estado. Segundo ele, o desvio foi agora constatado pelo Tribunal de Contas de Roraima, que mandou suspender uma compra de R\$ 30 milhões.

Mozarildo afirmou que o atual governador de Roraima [José de Anchieta Júnior] foi condenado no primeiro de 30 processos contra ele que tramitam no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado. Ele disse que o governador foi condenado no processo "menos escandaloso" de todos, de utilização da rádio estatal para fazer campanha.

Para o senador, Anchieta Júnior já está cassado – governa graças a recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – e "preocupa-se agora em perseguir quem o denuncia, usar o dinheiro do estado para proveito próprio e extorquir empresários, dizendo que precisa de dinheiro para pagar advogados".

Valadares lamenta morte de ex-prefeito sergipano

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou em Plenário a morte, aos 62 anos, do ex-prefeito de Frei Paulo (SE) Manoel Soares de Souza, que sofria de um câncer de fígado havia um ano.

– Ele tinha uma fidelidade ao projeto político do governador Marcelo Déda e lutou por sua vitória e consolidação em duas eleições seguidas – afirmou o parlamentar.

Valadares descreveu o sergipano como um político "combativo, corajoso e competente" que, estando no poder ou fora dele, sempre buscou cuidar dos interesses do povo.

O senador relatou que Manoel de Souza iniciou a carreira política em Itabaiana (SE), cidade onde nasceu e da qual foi secretário municipal. Exerceu o cargo de prefeito do município de Frei Paulo por duas vezes: em 1988 e em 1996, quando recebeu o apelido de Prefeito Vaqueiro pela realização da tradicional festa denominada Missa do Vaqueiro e por sua ligação ao ramo agropecuário.

Valadares transmitiu condolências aos familiares de Manoel de Souza e à população da cidade sergipana pela perda do "ilustre homem público".



Antônio Carlos Valadares

CCT ouvirá ministro Paulo Bernardo na quarta-feira

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) convidou o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a apresentar, na próxima quarta-feira, as diretrizes e os programas prioritários da sua área para os próximos dois anos.

A proposta de convidar o ministro foi feita pelos sena-

dores Eduardo Braga (PMDB-AM), Walter Pinheiro (PT-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Os três senadores ainda pediram que o convite fosse encaminhado também ao ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante (PT-SP). A audiência pública com Mercadante, no entanto, ainda não foi agendada pela comissão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão para pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a comunicados da Mesa e pronunciamentos. Os senadores inscritos são Ana Amélia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy e Mozarildo Cavalcanti.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • Pedro Simon • Ana Amélia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senador ressalta que mortes no estado de São Paulo tiveram redução de 40%

Aloysio atribui mortes no trânsito a rodovias precárias

A Polícia Rodoviária Federal anunciou que o número de mortes registrado no feriado de Carnaval deste ano foi superior em 47,9% ao computado no mesmo período do ano passado. Já o Fórum Econômico Mundial divulgou que o Brasil perdeu sete posições, com relação a 2009, e caiu para o 52º lugar na classificação geral do *ranking* de competitividade no turismo. Ao analisar as notícias, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que os problemas de infraestrutura contribuíram para o mau resultado nos dois casos.

Com relação ao *ranking*, Aloysio observou que apesar de o Brasil ser considerado o país com maior riqueza natural do mundo, perde espaço na indústria turística por causa da violência, da falta de mão de obra qualificada e, principalmente, de deficiências na infraestrutura. Segundo ele, os visitantes têm reclamado, sobretudo, da má conservação das estradas e da defasagem dos portos e aeroportos.

Referindo-se ao aumento do número de mortes no Carnaval, Aloysio observou que apesar de outros fatores – como embriaguez, motoristas despreparados e condições precárias de alguns veículos – terem contribuído, as péssimas condições das rodovias foram determinantes. Nas estradas gerenciadas pelo governo de São Paulo houve uma redução de 40%, com relação ao ano passado, comparou.

O senador citou a BR-153 como exemplo de uma concessão de estrada malfeita pelo governo federal. A então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, comemorou o fato de as concessionárias terem arrematado os lotes anunciando um preço de pedágio em média 60% inferior ao valor previsto pelo edital do certame, lembrou.

Segundo o senador, números de tráfego defasados em dois anos foram utilizados como base de cálculo para as tarifas naquela licitação. Dessa forma, as empresas puderam oferecer um deságio maior, já que o tráfego estava subestimado.

– Os empresários não precisaram cortar na própria carne para cobrar um pedágio menor. Eles cortaram na gordura. Mesmo assim, os parâmetros da licitação foram tão malfeitos que, pouco tempo depois de concedidas as rodovias, se verificou que as empresas não estavam conseguindo realizar os serviços de manutenção, sinalização e conservação da estrada no tempo previsto pelo contrato – afirmou o parlamentar.

Apesar da disposição das entidades de trabalhadores em pedir maior reajuste na tabela do Imposto de Renda, senadores do governo e da oposição acreditam que não há muita margem para negociação no encontro de hoje

Centrais vão a Dilma pedir 6,5% de correção para o IR

QUANDO SE REUNIREM hoje com a presidente Dilma Rousseff para discutir o reajuste da tabela do Imposto de Renda, as centrais sindicais devem estar preparadas para ouvir que o governo não pretende ir além dos 4,5% prometidos, o equivalente ao centro da meta da inflação do ano passado. É o que pensam senadores entrevistados ontem pela Agência Senado. No encontro com Dilma, os dirigentes das centrais reivindicarão um reajuste de 6,5%.

– O governo usa o número que lhe interessa, ignorando o direito do contribuinte a uma correção mais próxima da inflação acumulada – comenta o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

Para ele, o governo está se colocando “na contramão das promessas de campanha” ao falar em aumento de tributos, quando o discurso da então candidata Dilma incluía a promessa de oferecer ao país a reforma tributária.

– Aumentar tributos seria consagrar a tese do estelionato eleitoral – disse o líder tucano.

Eduardo Suplicy (PT-SP) chama a atenção para recentes cortes no Orçamento [da União] para defender posição mais cautelosa em relação ao reajuste. Como observou, os cortes atingiram despesas de grande utilidade, num esforço para que a inflação se mantenha no centro da meta.

– É preciso considerar se um reajuste para além do que está sendo proposto vai representar ou aumento de tributo ou novos cortes. As centrais vão acabar compreendendo essa realidade – disse Suplicy.

Tática de negociação

Para Paulo Paim (PT-RS), o que as centrais estão propondo é uma reivindicação justa. Ainda assim, ele acredita que a tendência é o governo se fixar no reajuste de 4,5%, diante do quadro atual de cortes orçamentários que chegam a R\$ 50 bilhões. Ele diz que não se trata de um “quadro apocalíptico”, pois a previsão é de que o país cresça 5% este ano. Porém, avalia que as expectativas dos dois

lados são muito divergentes neste momento.

Paim considera exagero, no entanto, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmar que poderá haver aumento de impostos ou novos cortes para compensar a correção da tabela do IR. Ele entende que é uma forma de o governo marcar posição e conter o ânimo das centrais na discussão sobre o reajuste da tabela.

– A melhor tática de defesa é o ataque. Faz parte da arte da guerra e também de qualquer negociação – afirmou.

O reajuste da tabela não é o tema único do encontro com a presidente Dilma, lembra o parlamentar, citando uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma alternativa para substituir o fator previdenciário. O senador disse que o governo já havia se comprometido em oferecer uma solução após o veto à emenda que acabava com o redutor, dentro de projeto sancionado pelo ex-presidente Lula.



Alvaro Dias: governo na contramão das promessas eleitorais



Paim: governo vai alegar cortes orçamentários no encontro

Alvaro pede esclarecimento de irregularidades no Prouni

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu à Mesa do Senado que cobre esclarecimentos do Tribunal de Contas da União sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações feitas pelo TCU sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Auditoria realizada pelo tribunal junto ao Prouni trouxe diversas orientações aos gestores do programa. Alvaro Dias quer saber se as sugestões do TCU foram seguidas. Segundo acórdão da instituição, do montante referente à renúncia fiscal do Prouni para o pagamento de bolsas de estudos, R\$ 104,4 milhões teriam de ser recolhidos aos cofres públicos pois se referem a bolsas ofertadas mas não utilizadas.

– Ou seja, deveriam ser recolhidos aos cofres públicos pelo menos R\$ 104,4 milhões nesses dois anos do programa, pela não ocupação de todas as vagas ofertadas – disse Alvaro Dias.

O senador também enumerou algumas das recomendações do TCU aos gestores do Prouni: criar rotinas de fiscalização nas instituições de nível superior que integram o programa; avaliar a possibilidade de mudança no mecanismo de isenção fiscal para beneficiar cursos bem avaliados pelo Ministério da Educação; e impedir o pagamento de bolsas para vagas não ocupadas.

– Esse requerimento tem por objetivo verificar se o Ministério da Educação cumpriu as recomendações do TCU, porque nós não sabemos se cumpriu. Esse acórdão é uma denúncia da maior seriedade. Nesse período de dois anos, seriam R\$ 104,4 milhões que deveriam retornar aos cofres públicos – enfatizou o senador.

Projeto de senadora beneficia donas de casa

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou projeto de lei trazendo uma regra de transição para beneficiar donas de casa com mais de 45 anos que desejem se aposentar. A Lei Complementar 123/06, que definiu este regime simplificado, previu a contribuição de uma alíquota de 11%, mas não criou uma regra de transição para o tempo desta contribuição, que deve ser de 15 anos.

O tempo mínimo de 15 anos impossibilita, para Gleisi, que mulheres mais idosas possam usufruir do benefício. Para solucionar o problema, a senadora propõe, em seu projeto de lei, uma carência escalonada de, no mínimo, dois anos, com idade mínima de 60 anos para se aposentar como dona de casa. Assim, as mulheres com 58 anos ou mais, inscritas no regime simplificado até o último dia deste ano, poderão se aposentar com dois anos de contribuição. Já as de 56 anos teriam de pagar quatro anos de contribuição, e assim por diante.

As donas de casa que começaram a pagar a contribuição, no sistema simplificado, logo após a edição da Lei Complementar 123/06, já poderão se aposentar no ano que vem, desde que já tenham completado 60 anos de idade.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, combinados com outros da Fundação Perseu Abramo, a senadora afirmou que há 21 milhões de donas de casa no Brasil, sendo 6,3 milhões situadas na faixa etária entre 45 e 59 anos e 5 milhões com mais de 60 anos – estas seriam as primeiras beneficiadas com o projeto, que alcançaria todas as donas de casa que tinham mais de 45 anos em 2006, quando foi editada a lei complementar.



Senadora elogia projetos do PAC sobre habitação

Gleisi: recursos direcionados às mulheres

Os resultados dos projetos de habitação e moradia abrangidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo programa Minha Casa, Minha Vida receberam elogios de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A senadora parabenizou o governo pelo fato de os recursos dessas ações serem disponibilizados para as mulheres das famílias beneficiadas, nos mesmos moldes do programa Bolsa Família.

A parlamentar leu a matéria “As donas da casa”, publicada pelo jornal paranaense *Gazeta do Povo*, que mostra que as mulheres de famílias de baixa renda de Curitiba estão assumindo cada vez mais a chefia e o sustento familiar. Dados da Companhia de Habitação Popular (Cohab) de Curitiba mostram que 70% das mulheres pobres da cidade são chefes de família.

– O Ipea, já em 2008, com dados do IBGE, mostrou que entre 30% e 43% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres – acrescentou.

Ainda segundo a Cohab Curitiba, disse Gleisi, das 54 mil famílias cadastradas na companhia, 25.125 precisam ser reassentadas e, dessas, 17 mil têm mulheres no comando.

– Nós precisamos, sim, de políticas como essa. E eu quero aqui parabenizar o governo Lula que, ao fazer o PAC habitacional, direcionou esse recurso para ser colocado na mão, majoritariamente, das mulheres. Assim, está ajudando essas mulheres a rever a sua vida e a melhorar – afirmou.



Waldemir Borretty/Senado Federal

Mudanças no Código Florestal trarão segurança jurídica, diz senadora

Ana Amélia quer medidas em favor de produtores

A senadora Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo a adoção de medidas de longo prazo, e não mais em caráter emergencial, em favor dos produtores agrícolas. Essa política teria efeito na redução dos preços dos alimentos e, portanto, ajudaria no controle da inflação, argumentou.

Para reduzir a vulnerabilidade e a volatilidade dos preços dos alimentos são necessárias medidas estruturais, como a redução da carga tributária dos insumos. O custo de produção de uma lavoura de arroz por hectare no Brasil é de US\$ 2.300, enquanto no Uruguai é de US\$ 1.600, e na Argentina e no Paraguai, de apenas US\$ 1.400, comparou.

Para a senadora, é imperativo o investimento em infraestrutura – para resolver os gargalos logísticos que encarecem os preços das mercadorias – e a revisão de acordos comerciais prejudiciais à produção nacional. Entre estes, ela mencionou os tratados do Mercosul, segundo ela, cumpridos só pelo Brasil.

– Nós fazemos o papel de bonzinhos em relação aos nossos competidores; não são nossos aliados. E esse bloco tem muitas distorções que são, na maioria dos casos, lesivas à economia brasileira.

Ana Amélia também pediu segurança jurídica aos produtores, com a aprovação do novo Código Florestal. Os produtores de arroz, de acordo com a senadora, estão produzindo na ilegalidade, já que a legislação em vigor não permite a produção na região de várzea, o que gera insegurança jurídica.

Senador atribui soltura do repórter de *O Estado de S. Paulo* a um esforço conjunto do Congresso e do governo, além do trabalho realizado pelo embaixador em Trípoli

Paim celebra libertação de jornalista brasileiro na Líbia

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), comemorou ontem notícia recebida pelo embaixador da Líbia no Brasil, Salem Omar Abdullah Al Zubaidi, de que o jornalista de *O Estado de S. Paulo* Andrei Netto já havia sido libertado e se encontrava na casa do embaixador do Brasil em Trípoli.

– Foi esforço coletivo do Congresso, nossas manifestações no Plenário, a posição da presidenta Dilma, nosso embaixador na Líbia, tudo se somou para um final feliz para o nosso jornalista Netto. Esperamos que os demais sejam libertados imediatamente – pediu o parlamentar.

Paim informou que apresentou requerimento convidando Andrei Netto, caso venha ao Brasil, a dar seu depoimento sobre a situação dos correspondentes internacionais na Líbia. Andrei Netto ficou preso durante oito dias em uma base militar nos arredores de Trípoli.

O parlamentar elogiou a iniciativa de Suplicy de recorrer ao embaixador da Líbia no Brasil pedindo a soltura do jornalista. O senador destacou também suas próprias iniciativas como presidente da CDH, que aprovou, na quarta-feira, moções em solidariedade ao jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo ocorrido, e ao jornalista, com apelo



Asterix/Creative Commons

Protesto contra Muamar Kadafi em Nova York: governo líbio deportará jornalista

ao governo líbio pela “imediate libertação” do correspondente brasileiro.

– Como presidente da CDH, minha posição não poderia ser outra. Não importa o país. Quando ferir os direitos humanos, seremos sempre uma voz a questionar e exigir que os direitos humanos estejam em primeiro lugar – defendeu.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação com o conflito na Líbia e desejou uma solução rápida e pacífica para que sejam interrompidas as ações que já resultaram em mais de mil mortes de rebeldes e na evasão de mais de 270 mil líbios para outros países vizinhos.

Protestos contra Kadafi já duram quase um mês

A crise política na Líbia é a mais nova e sangrenta etapa de um inédito movimento que se espalha pelo norte da África e pelo Oriente Médio em favor de maior liberdade e democracia na região.

A pequena Tunísia abriu o ciclo, com uma ampla revolta que levou à renúncia, em 14 de janeiro, do então presidente Zine Ben Ali, no poder desde 1987. Em seguida foi a vez do Egito, onde, no dia 11 de fevereiro, caiu o governo de Hosni Mubarak, que durou 30 anos.

O foco do movimento deslocou-se então para a Líbia, onde o líder Muamar Kadafi, há quase 42 anos no poder, ainda resiste a entregar o cargo.

Na Líbia, a crise teve início em 15 de fevereiro – quatro dias após a queda do egípcio Mubarak –, quando cerca de 200 pessoas protestaram em Benghazi contra a prisão de um ativista de direitos humanos. A repressão policial foi incapaz de conter o movimento, que se espalhou por todo o país.

Alvaro critica a diplomacia brasileira nos governos Lula

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a atuação da diplomacia brasileira durante os dois governos Lula, por ter “flertado com regimes ditatoriais”. Ele disse que essa política externa submeteu o contribuinte a volumosos gastos com a abertura de embaixadas e consulados em países na África, na Ásia e no Caribe sem a necessária contrapartida econômica e a existência de brasileiros em número suficiente que justificasse tal posicionamento.

Segundo Alvaro Dias, por trás dessas decisões diplomáticas

estaria o desejo do governo brasileiro de obter assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

– Foram abertas embaixadas em países que desrespeitam flagrantemente os direitos humanos e desprezam os valores democráticos. Isso é mais grave. Em nome do Brasil, país de tradições democráticas, homenageiam-se países que desrespeitam os direitos humanos e desprezam os valores democráticos: Coreia do Norte, Sudão, Guiné Equatorial, entre outros.

Comissão de Direitos Humanos poderá ter duas reuniões semanais no biênio 2011/12

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) poderá ter duas reuniões semanais: uma às segundas-feiras, para realização de audiências; e outra às quintas, para debate de proposições.

A sugestão partiu do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), ontem, durante a discussão do cronograma de trabalho para o biênio 2011/2012.

– Que debatamos com toda a sociedade temas macro, em resgate da dignidade da pessoa humana, que serão: violência; discriminação; combate à fome e à miséria; drogas; criança, adolescente, jovem, mulher e idoso; e a dignidade do trabalhador e

do aposentado – afirmou.

Por sugestão de Vicentinho Alves (PR-TO), questões dos povos indígenas – como saúde, mortalidade infantil, subnutrição e alcoolismo – também serão temas de debate na CDH.

A vice-presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), sugeriu a inclusão de três temas na pauta de debate: problemas enfrentados pelos jovens e pelas mulheres, e a situação dos presidios.

Apesar de não ser membro da CDH, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a comissão dê continuidade às ações desenvolvidas em 2010 pela erradicação do trabalho escravo.



Gerardo Magela/Senado Federal

Paim (C), presidente da CDH, e Ana Rita, vice, recebem apelo de Suplicy pela continuidade de ações contra o trabalho escravo

Ana Rita elogia campanha de 2011 da CNBB

O período do expediente da sessão de terça-feira será dedicado à Campanha de Fraternidade 2011, lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na última quarta. O pedido foi da senadora Ana Rita (PT-ES), que cumprimentou a CNBB pelo tema – “Fraternidade e a vida no planeta” – e pelo lema – “A criação geme em dores de parto”.

– A campanha deste ano se coloca em sintonia com uma cultura que está se expandindo cada vez mais, em todo o mundo, de respeito pelo meio ambiente. Lembro que o meio ambiente é motivo de grande preocupação para a sociedade em geral. Portanto, repensar as relações entre o ser humano e a natureza, reconhecendo seus laços de intimidade e de coexistência, é tarefa preponderante – disse ela, informando que, no Espírito Santo, a campanha será lançada no próximo domingo, em Vitória.

Suplicy pede reexame do caso dos Capiberibe

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, uma investigação acurada sobre o caso de Janete e João Capiberibe, ex-deputada e ex-senador cassados em 2004. Eleitos mais uma vez pelo PSB em 2010, foram impedidos de tomar posse por condenação anterior por compra de votos, enquadrados na Lei da Ficha Limpa.

Após ler artigo publicado na revista *Carta Capital* sobre o caso – eles foram cassados por compra de votos, com o testemunho de duas pessoas, que teriam vendido o voto por R\$ 26 cada um –, Suplicy salientou o próprio Ministério Público do Amapá recusou, por falta de provas, a denúncia contra o senador e sua esposa, o que, em sua opinião, demonstra haver indícios muito sérios de que o assunto precisa ser mais bem examinado.